Processo de Incubação de Empreendimentos Solidários em Universidades e sua importância educativa.

Gisela Vasconcellos Monteiro[1]; Carlos Roberto de Oliveira[1]; Patrícia Carvalho Silva[1]; Breno Ayres Chaves Rodrigues[1]; Rosa Maria Ferreiro Pinto[1]

Resumo

A economia global tem provocado alterações nas estruturas socioeconômicas, políticas e culturais de diversas nações. O crescimento da economia informal e o aumento da exclusão fomenta a criação de uma economia solidária configuram-se como polos geradores de renda e de emprego surgidos como uma alternativa ao desemprego estrutural. No texto são tratados diferentes aspectos do processo de Incubação de empreendimentos construídos nas Universidades. Esta incubação realizada de modo Solidário é de grande relevância educativa

Palavras Chave: Incubadoras. Projeto Social. Empreendedor Solidário.

Abstract

The global economy has caused changes in the socioeconomic, political and cultural structures of several nations. The growth of the informal economy and the increase in exclusion encourages the creation of a solidarity economy, representing poles that generate income and employment, emerging as an alternative to structural unemployment. The text addresses different aspects of the Incubation process of projects built in Universities. This incubation carried out in a Solidarity manner is of great educational relevance

***Keywords**: Incubators. Social Project. Solidarity entrepreneur.*

1. Introdução

Nos últimos decênios, a economia global tem provocado alterações nas estruturas socioeconômicas, políticas e culturais de diversas nações. Essas mudanças reconfiguraram o panorama da produção com a abertura de mercados, incentivaram a privatização de empresas e impulsionaram um rápido desenvolvimento tecnológico. Enquanto as corporações internacionais se fortaleciam, os estados nacionais tendiam a enfraquecer-se diante do fenômeno da globalização. Os países da América Latina foram impactados por essas transformações.

[1]Professores na Universidade Santa Cecília
Email para contato: gisela@unisanta.br; croberto@unisanta.br; patrícia.carvalho@unisanta.br; breno.ayres@unisanta.br; rmferreiro@uol.com.br;

Diante desse cenário, tornou-se imperativa a busca por alternativas para suprimir as deficiências e desafios sociais resultantes das políticas neoliberais. No entanto, as estratégias de desenvolvimento sustentável adotadas por esses países em desenvolvimento estimularam a economia solidária e a abordagem de incubação, elevando os índices de capital social nas comunidades. O capital social, uma malha invisível que sustenta as interações sociais, dependendo do grau de participação e organização da sociedade, viabiliza a implementação e o crescimento de empreendimentos sociais.

Os estudos sobre economia solidária têm tido relevância por ser esta uma das formas de enfretamento diante dos problemas sociais no mundo do trabalho. Veras menciona que

> ...o crescimento da economia informal e o aumento da exclusão de forma generalizada têm gestado a criação de uma economia solidária com várias vertentes e conformada por diferentes instituições que agora configuram-se como pólos geradores de renda e de emprego surgido como uma alternativa gerada espontaneamente pela sociedade civil. Veras Neto 2002, p. 140.

A economia solidária tem sido uma alternativa real de combate à exclusão social, mostrando-se em alguns casos capaz de gerar uma economia dinâmica e autossustentável.

Segundo Singer (2002, p. 10) a economia solidária é “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual.” Sua origem reside na solidariedade e cooperação, sendo uma iniciativa representativa daqueles que carecem de acesso a bens produtivos, serviços, tecnologia e crédito (Pinho, 2004). Esta abordagem surge como uma proposta para enfrentar o aumento do desemprego no contexto econômico global, destacando a valorização da pessoa humana como objetivo central da atividade econômica.

Enquanto crítica ao capitalismo a economia solidária se posiciona contra as leis do capital cuja conseqüência marcante é o desemprego e a precarização. Singer (2002), analisando a questão do cooperativismo mostra que embora seja difícil definir as cooperativas na perspectiva da economia solidária, não se pode negar que os princípios do Cooperativismo, atualizados em 1995 pela ACI,

(Aliança Cooperativa Internacional) (1) reúnem idéias idênticas àquelas da economia solidária. No entanto, algumas dificuldades têm surgido na caracterização das cooperativas em função de que em alguns casos elas têm se mostrado como similares à gestão capitalista, em especial na questão da autogestão. Uma estrutura cooperativa eficiente é geradora de trabalho e renda para seus membros, de forma igualitária e ética, podendo expandir suas atividades e beneficiar, economicamente, toda uma comunidade. (França Filho, 2004).

Ao estabelecerem seus empreendimentos, os trabalhadores necessitam de suporte técnico, administrativo e de serviços essenciais para sobreviver e se consolidar no mercado capitalista. Diante desse contexto, as incubadoras sociais têm direcionado suas iniciativas para apoiar trabalhadores em situação de vulnerabilidade social. O objetivo é aprimorar o grau de participação e organização de seus empreendimentos, visando à geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. Essas ações buscam oferecer soluções para atender às demandas tanto da esfera econômica quanto social, contribuindo para superar as adversidades do ambiente.

2. Metodologia da pesquisa-ação

Diferentes metodologias podem ser utilizadas para incubação de grupos de trabalho para se tornarem cooperativas. Umas das estratégias das universidades é a pesquisa-ação por incorporar a finalidade da

> ... é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.” (THIOLLENT ,1998, p. 14)

Em se tratando de um projeto de pesquisa-ação, a interação entre os incubados e os membros da universidade resulta na geração de conhecimentos de interesse das partes envolvidas. O novo conhecimento desse processo interativo permite visualizar alternativas para a formação e inserção dos membros no mercado de trabalho.

3. A importância do vínculo das incubadoras com as universidades

A Universidade, enquanto espaço de geração de conhecimento e intervenção social, não somente forma os futuros líderes e profissionais de uma nação, como é também uma referência, uma fonte de legitimação, um ator social, com a tarefa de contribuir para uma sociedade inclusiva de conhecimento e de educação contínua, possibilitando que inovações se tornem produtos acessíveis a toda à sociedade.

Algumas universidades colocam em sua estrutura institucional Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários para atuarem junto às comunidades de seus arredores proporcionar alternativas de geração de renda e promoção da cidadania à população excluída do mercado de trabalho.

As universidades fazem o processo em um programa interdisciplinar com a participação de docentes e discentes de diferentes áreas do conhecimento: Administração, Serviço Social, Psicologia, Economia, Direito, Ciências Contábeis e Comunicação atuando desde a organização e formação em cooperativismo até a sua inserção no mercado de trabalho.

Para tanto, é preciso salas de aula e espaços para oficinas e encontros com equipamento de multimídia e demais instalações tradicionais dos ambiente acadêmico.

Os recursos podem ser obtidos de diferentes fontes. A universidade oferece sua infraestrutura e os recursos humanos – professores e alunos de programas de graduação e pós-graduação. Governos municipais, estaduais e federais podem entrar com verba através dos diferentes canais para financiamento destes tipos de programa/parceria.

4. O processo de formação da cooperativa

A incubação de cooperativas norteadas pelo princípio da Economia Solidária tem como objetivo a organização e fortalecimento do grupo incubado com vistas a solucionar as necessidades para que possa romper a cultura individualista, na conquista da identidade cooperativa do grupo e consolidação do negócio cooperativo.

É um processo, para a instituição de ensino, que tem como um de seus principais desafios criar instrumentos pedagógicos e conteúdos didáticos, bem como mecanismos de transferência de conhecimento e tecnologia que contribuam para a conquista da autonomia do empreendimento transcendendo os interesses e valores da sociedade capitalista em que este grupo está inserido.

O processo de incubação ocorre em um período de 24 meses, divididos em três fases distintas: pré-incubação, incubação e desincubação.

A pré-incubação, com duração de três meses, é o período em que de são desenvolvidas ações com os grupos sociais antes de estabelecida a parceria. Constitui-se de duas etapas: sensibilização e diagnóstico participativo.

A sensibilização inicia-se com reuniões de aproximação efetiva com o objetivo de apresentar a equipe da universidade, componentes do grupo social e razões que levaram ao encontro das pessoas interessadas. Posteriormente, é realizada a formação em Economia Solidária, sendo abordados e debatidos os conceitos e práticas de autogestão, cooperativismo, associativismo, seus preceitos, aspectos e organização.

Na etapa seguinte, diagnóstico participativo, identifica-se competências profissionais e necessidades do grupo social, sendo realizado um estudo de viabilidade econômica, social e de sustentabilidade do empreendimento, e avaliação dos trabalhos realizados, apresentando alternativas e decisão sobre a atividade fim do empreendimento. Nesta fase, é importante aprofundar as relações entre todos para que este diagnóstico seja apropriado pelo coletivo envolvido.

A incubação, com duração de 16 meses, inicia-se com a assinatura do termo de compromisso entre o grupo social e a Incubadora, e apresentação do plano de trabalho com as ações relativas a cada etapa do processo de incubação.

Na incubação é realizada a etapa de planejamento com formação sobre trabalho coletivo, autogestão e organização dos empreendimentos econômicos solidários, desenvolvimento do projeto visando ao mercado, planejamento estratégico do empreendimento e elaboração dos planos de negócio e de marketing com a participação de todos os associados do empreendimento econômico solidário.

Após esta etapa inicia-se o acompanhamento e reciclagem que engloba a educação continuada em Economia Solidária e Cooperativismo, capacitação

técnica e administrativa, elaboração e desenvolvimento de rotinas de trabalho dos empreendimentos, além de articulações de parcerias, apoios, intercâmbios e convênios com outros movimentos sociais e instituições públicas e privadas. Visando a legalização do empreendimento, é também elaborado estatuto e regimento interno do empreendimento, bem como a realização de assembléia de fundação, pagamento de taxas e envio de documentos aos órgãos competentes.

A desincubação, com tempo previsto de cinco meses, é o período de desligamento gradativo do empreendimento com a incubadora. Nesta ultima fase objetiva-se a consolidação e inserção do empreendimento no mercado.

Durante todo o processo de incubação, são realizados relatórios parciais ao final de cada etapa, revisão do plano e procedimentos metodológicos adotado para incubação, bem como avaliação de desempenho parcial e total dos empreendimentos incubados. O quadro 1 permite visualizar as etapas e atividades do processo de incubação.

PRÉ – INCUBAÇÃO	1. SENSIBILIZAÇÃO	Reuniões iniciais / aproximação efetiva / apresentação da equipe da universidade.
	2. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO	Identificação das competências profissionais, das necessidades do grupo conforme empreendimento.
		Estudo de viabilidade econômica, social e sustentabilidade do empreendimento.
		Diagnósticos, pareceres e encaminhamentos sociais e econômicos.
		Avaliação para passagem da cooperativa-associação/grupo para fase de Incubação.
		Assinatura do Termo de Compromisso.
INCUBAÇÃO	3. PLANEJAMENTO	Prospecção de atividades econômicas passíveis de serem desenvolvidas pelas cooperativas.
		Desenvolvimento do projeto da cooperativa/associação, visando ao mercado.
		Planejamento estratégico do grupo (cooperativa-associação).
		Plano de negócio e de marketing.
	4. ACOMPANHAMENTO E RECICLAGEM	Educação continuada (Economia Solidária e cooperativismo).
		Capacitação técnica e para autogestão.
		Desenvolvimento de rotinas de trabalho.
		Elaboração de estatuto e regimento interno da cooperativa Legalização.
		Assessoria técnico-administrativas aos trabalhos das cooperativas incubadas.
		Articulação de parcerias.
		Elaboração de relatório parcial ao final de cada etapa.
DESINCUBAÇÃO	5. AVALIAÇÃO	Revisão do plano de incubação.
		Avaliação de desempenho parcial e total.
		Desligamento gradativo da cooperativa.
		Inserção e consolidação da cooperativa na sociedade.

Quadro 1 – Etapas e atividades do processo de incubação
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Nunes D.; Vasconcelos N. (2006)

5. O processo de incubação

No período de pré-incubação, as atividades focalizam a constituição do grupo para a futura cooperativa, sua interação com a equipe da incubadora e os primeiros contatos com o mercado de trabalho através de uma pesquisa para verificar a viabilidade econômica do empreendimento pretendido. São discutidos conceitos de economia solidária, cooperativismo e autogestão visando à compreensão de todos os envolvidos sobre o trabalho associativista em relação ao trabalho assalariado.

Analisando alguns dilemas quanto a adesão ao cooperativismo Culti (2000) (2) afirma que diferentes fatores atuam no surgimento dos empreendimentos econômicos solidários. Segundo a autora, existem forças que levam os trabalhadores a buscar outros caminhos que não sejam os empreendimentos solidários, e que se tornam preferíveis, movidos por um misto de necessidades e vontades. Acrescenta ainda que prevalece uma cultura na qual o patrão é que estabelece diretrizes e o empregado segue as prescrições. Essa cultura necessita gradativamente ser superada por uma relação de trabalho cooperativo e autogestionário.

Aponta também que os trabalhadores que se inserem na economia solidária estão mais acostumados e preparados para o trabalho simples e pouco qualificado, faltando-lhes o preparo técnico-profissional e o acompanhamento da evolução tecnológica que ocorre na base produtiva. Além disso, não dispõem ou são poucos os meios de produção e recursos financeiros que precisam para formar e desenvolver seus empreendimentos. Muitos são os desafios numa trajetória de esforços coletivos na construção de uma nova maneira de trabalhar e produzir, frente ao mercado que se apresenta como concorrencial e excludente.

Nesta perspectiva procura-se enfatizar os fundamentos desta nova configuração socioprodutiva para construir novas relações de trabalho, e aprofundar conhecimentos sobre gestão e sustentabilidade, associadas ao empreendimento.

6. Considerações finais

A incubação é um processo para unificar esforços e articular ações conjuntas visando à inserção no mercado de trabalho e geração de renda.

A Incubadora de empreendimentos econômicos solidários vinculada a uma universidade constitui um meio eficaz para colocação no mercado de trabalho mediante o estabelecimento de parcerias numa dinâmica de rede. Nesse processo sua atuação é pautada na transformação social e construção de novas instituições sociais marcadas pelos laços de solidariedade e cooperação.

Neste sentido, o processo de incubação é uma ação modificadora da realidade com efeitos educativos que ganham relevância em função da complexidade da relação interativa e dialógica que necessariamente ele implica.

Muitas barreiras são rompidas, mas outras ainda não, tornando evidente a construção e reconstrução de conhecimento para todos os atores envolvidos.

Os educadores são estimulados a ver de outra forma o mundo, as dificuldades aguçam a autocrítica, enriquecem e modificam a forma de ensinar levando-os à interdisciplinaridade. Nesse sentido a prática, em sendo complexa, estimula a associação entre ensino pesquisa e extensão na Universidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CULTI, MARIA N.. Sócios do Suor: cooperativas de trabalho. In: O Mundo do Trabalho e a Política: Ensaios Interdisciplinares, Maringá:Eduem, 2000
FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. A economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão social: organização, parceria e redes sociais. In: CANÇADO, A.C. et al (Org.). Os desafios da formação em gestão social. Palmas-TO: Provisão, 2008. p. 87-103.

INCUBADORA de Empreendimentos Econômicos Solidários: Relatórios de Acompanhamentos à Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários. Santos: IEES/Unisantos, 2008.

_____. Relatórios de Reunião e de Oficinas de Formação da IEES, 2008.

MARCOS P. Uma reportagem maldita – Quero. 9 ed. Brasil: Publisher, 1999.

NUNES D.; VASCONCELOS N. Economia solidária e metodologias de incubação. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. Caderno de resumos. Fortaleza: CIAGS/UFBA, 2006. 1 CD-ROM

PINHO, D. B. O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

ROCHA S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

THIOLLANT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.

VERAS NETO, F.Q. (2002). Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica. Curitiba, Juruá.

Notas de final de texto

(1) Com sede em Genebra, Suíça, a ACI é uma organização que representa as cooperativas do mundo todo. Sua missão resume-se em auxiliar no desenvolvimento de cooperativas individuais em nível nacional e regional e do sistema cooperativista como um todo, além do conseqüente desenvolvimento dos recursos humanos e das políticas governamentais de forma cooperativa. A ACI reúne mais de 260 cooperativas que atuam nos mais diversos ramos econômicos e sociais. A ACI atualizou os princípios do cooperativismo em 1995. Conforme cita Pinho (2004), são eles: · Adesão voluntária e livre; · Gestão democrática; · Autonomia e independência; · Educação, formação e informação dos associados e do público em geral; · Intercooperação; · Preocupação com a sociedade.

(2) Professora Dra. no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Estado do Paraná, Coordenadora Geral do Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). E-mail: nezilda@terra.com.br